



OS DESAFIOS E AS PERSPECTIVAS DA FORMAÇÃO DOS PROFESSORES DE HISTÓRIA DO ESTADO DO PIAUÍ E OS IMPACTOS NA PRÁTICA PEDAGÓGICA.

Ana Maria da Mata Almeida¹

INTRODUÇÃO

A formação inicial e continuada de profissionais da educação básica, além de ser um projeto de cada profissional, deve ser compromisso público de Estado visando o desenvolvimento local e nacional, contribuindo diretamente para melhoria da qualidade da educação.

Partindo desta perspectiva, a política de formação inicial e continuada dos profissionais da educação básica da Rede Estadual de Ensino do Piauí para o ensino de história se define a partir de ações para ampliação da melhoria da qualidade do ensino público, ofertado em nosso Estado, e como projeto de geração e ampliação de oportunidades para que os Piauienses tenham acesso a uma educação pública, gratuita e de qualidade.

Este trabalho fundamenta-se nos seguintes pressupostos: atendimento da legislação nacional e estadual quanto à oferta de formação dos profissionais da educação, além do desenvolvimento contínuo da formação dos profissionais que atuam na educação pública piauiense.

A Rede Estadual de Ensino no Piauí: características administrativas educacionais.

A Secretaria da Educação e Cultura do Estado do Piauí – SEDUC/PI está localizada na Avenida Pedro Freitas S/N Bairro São Pedro Centro Administrativo CEP: 64000-000 Teresina (PI) possui na sua rede 809 escolas de educação básica, órgão executivo do sistema estadual de ensino, que tem por finalidade, em regime de colaboração com a União e os Municípios, formular a política Educacional do Estado e administrar o sistema estadual de ensino, e garantindo a todos os

¹ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em História – UNISINOS/RS, Professora/Coordenadora de Disciplina UFPI/UAPI, Professora do Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia – FACEMA/Caxias-MA.

piauienses o acesso e a conclusão da educação básica, pública, gratuita e de qualidade social, competindo-lhe ainda:²

- I** – elaborar e executar planos educacionais em consonância com as diretrizes e planos nacionais de educação, integrando suas ações com as de competência dos municípios;
- II** – executar e controlar a ação do Governo na área de educação;
- III** – controlar e fiscalizar o funcionamento de estabelecimentos de ensino, de diferentes graus e níveis, públicos e privados;
- IV** – orientar a iniciativa privada na área de educação e da cultura;
- V** – articular-se com o Governo Federal em matéria de política e de legislação educacionais;
- VI** – estudar, pesquisar e avaliar os recursos financeiros para investimentos no sistema e nos processos educacionais;
- VII** – rever e aperfeiçoar, permanentemente, o sistema de ensino;
- VIII** – assistir ao estudante pobre;
- IX** – organizar, manter, desenvolver e supervisionar os órgãos e instituições oficiais da educação escolar.

A hierarquia político-administrativa da educação no Estado está organizada:

Governo do Estado do Piauí, Secretaria Estadual da Educação e Cultura, Superintendência Institucional, Superintendência de Ensino, Superintendência de Ensino Superior, Superintendência de Gestão, Diretoria de Planejamento, Diretoria de Educação de Jovens e Adultos, Diretoria de Ensino e Aprendizagem, Diretoria de Gestão e Inspeção Escolar, Diretoria de Educação Técnica e Profissional, Diretoria Administrativa, Diretoria de Gestão de Pessoas, Diretoria de Gestão da Rede Física, Diretoria Financeira, Diretoria do Programa Mais Saber, Assessoria Jurídica, Assessoria Técnica, Assessoria de Comunicação, Assessoria Comunitária, Assessoria Jurídica e Assessoria Política, Gerência de Formação e Aperfeiçoamento dos Profissionais da Educação, Gerência de Planejamento, Monitoramento e Avaliação, Gerência de Execução e Acompanhamento Orçamentário, Gerência de Material e Patrimônio, Gerência de Arquitetura e Engenharia, Gerência de Compra Bens e Serviços, Gerência de Finanças, Gerência de Prestação de Contas, Gerência de Administração de Pessoal, Gerência de Movimentação e Pagamento, Gerência de Educação Profissional, Gerência de Alfabetização, Gerência de Educação a Distância, Gerência de Inclusão Social e Diversidade, Gerência de Educação Infantil e Ensino Aprendizagem, Gerência de Ensino Médio, Gerência de Educação Especial, Gerência de Educação de Jovens e Adultos, Gerência de Inspeção Escolar, Gerência de Tecnologia da Informação, Gerência de Gestão Escolar, Gerência de Registro da Vida Escolar, Gerência de Logística, Gerência de

² SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO do Estado do Piauí. Disponível em: <<http://csi.ati.pi.gov.br/imovel/internet/index.php?&pag=32>>. Acesso em: 21 out. 2012.



Política de Ensino Superior, Gerência de Rede, Gerência Pedagógica, Coordenação de Estatística, Coordenação de Estudos e Projetos, Coordenação de Monitoramento e Avaliação, Coordenação de Projetos Especiais, Coordenação de Execução e Acompanhamento Orçamentário, Coordenação de Acompanhamento de Convênios e Contratos, Coordenação de Patrimônio, Coordenação de Almoxarifado, Coordenação de Transportes, Coordenação de Serviços da Rede Escolar, Coordenação de Serviços da Rede, Coordenação de Recursos Internos, Coordenação de Recursos Externos, Coordenação de Contabilidade, Coordenação de Tesouraria, Coordenação de Contas Internas, Coordenação de Contas Externas, Coordenação de Cadastro, Coordenação de Benefício, Coordenação de Frequência e Movimentação, Coordenação de Folha de Pagamento, Coordenação de Formação de Professores, Coordenação de Formação de Pessoal Técnico – Administrativo, Coordenação de Documentação e Informações Educacionais, Coordenação de Apoio Pedagógico, Coordenação de Articulação Interinstitucional, Coordenação de Programas Especiais, Coordenação de Apoio Pedagógico, Coordenação de Estrutura e Organização, Coordenação de Tecnologia Educacional, Coordenação de Cursos a Distância, Coordenação de Integração com Programas Sociais e Educacionais, Coordenação de Educação e Diversidade, Coordenação de Educação Infantil, Coordenação de Apoio Pedagógico do Ensino Fundamental, Coordenação de Apoio Pedagógico do Ensino Médio, Coordenação de Articulação Interinstitucional, Coordenação de Educação Inclusiva, Coordenação de Instituições Especializadas, Coordenação de Apoio Pedagógico, Coordenação de Programa e Projetos Especiais, Coordenação de Exames e Certificados, Coordenação de Inspeção das Escolas da Rede Pública de Ensino, Coordenação de Inspeção das Escolas da Rede Particular de Ensino, Coordenação de Apoio Técnico aos Núcleos Gestores, Coordenação de Apoio Técnico aos Conselhos Escolares, Coordenação de Arquivo, Coordenação de Registro e Autenticação, Comissão Permanente de Licitação, Auditoria de Controle Interno.

Para aperfeiçoar, otimizar os trabalhos da Secretaria Estadual da Educação e Cultura, foram criadas Gerências Regionais de Educação (GRE's) localizadas nas cidades com maior número populacional ou cidades pólo num total de 21 Gerências, 16 no interior do estado e 05 na capital Teresina, cada Gerência é administrada pelo



Gerente Regional de Educação, escolhido a partir do ano de 2011 por meio de teste seletivo válido por dois anos.³

As Gerências Regionais de Educação – são unidades de descentralização de serviços diretamente subordinadas ao Secretário de Educação tendo por finalidade planejar, coordenar, orientar, supervisionar, inspecionar e controlar as atividades educacionais da educação básica, nas respectivas áreas de jurisdição.

Art. 35 – regimento Interno – SEDUC/PI – Compete às Gerências Regionais de educação – GREs:

I – executar a política educacional a cargo da SEDUC;

II – programar e executar as atividades dos subsistemas de pessoal, material e patrimônio, serviços gerais, orçamento e administração financeira, supervisão pedagógica, inspeção escolar e orientação educacional, estatística e assistência ao educando;

III – autenticar certificados, diplomas e históricos escolares dos diferentes níveis e modalidades da educação básica, na forma da legislação em vigor, nas respectivas áreas de jurisdição;

IV – promover ação educacional integrada com órgãos e entidades, públicas e privadas, que atuem na receptiva área de jurisdição;

V - velar pela observância das leis do ensino por níveis e modalidades, bem como pelo cumprimento das decisões dos Conselhos Nacional e Estadual de Educação;

VI – executar outras atribuições necessárias ao cumprimento de sua finalidade.⁴

Alguns aspectos recentes sobre a educação no estado do Piauí se fazem importantes para nosso estudo. Sabemos das metas a serem alcançadas na educação básica até 2022, ano do bicentenário da independência do Brasil, e que as políticas educacionais se propõem a atingir uma média nacional mínima em relação ao Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). Numa escala que vai de 0 a 10, o MEC (Ministério da Educação) fixou a média 6, como objetivo para o país a ser alcançado até 2022, o teste, serve tanto como diagnóstico da qualidade do ensino brasileiro como baliza para as políticas de distribuição de recursos (financeiros, tecnológicos e pedagógicos) do MEC.⁵ Se uma rede municipal, por exemplo, obtiver uma nota muito ruim, ela terá prioridade de recursos.

³ As Gerências são assim distribuídas: 1ª GRE – Parnaíba, 2ª GRE – Barras, 3ª GRE – Piriapiri, 4ª GRE – Teresina, 5ª GRE - Campo Maior, 6ª GRE – Regeneração, 7ª GRE – Valença, 8ª GRE – Oeiras, 9ª GRE – Picos, 10ª GRE – Floriano, 11ª GRE – Uruçuí, 12ª GRE - São João do Piauí, 13ª GRE - São Raimundo Nonato, 14ª GRE - Bom Jesus, 15ª GRE – Corrente, 16ª GRE – Fronteiras, 17ª GRE – Paulistana, 18ª GRE - Grande Teresina, 19ª GRE - Teresina, 20ª GRE – Teresina, 21ª GRE - Teresina.

⁴ SECRETARIA DE EDUCAÇÃO do Piauí. Regimento Secretaria Estadual da Educação e Cultura. Disponível em: <www.seduc.pi.gov.br/arquivos/Regimento-II.doc>. Acesso em: 26 out. 2012.

⁵ BRASIL. Ministério da Educação: Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). Disponível em: <<http://portalideb.inep.gov.br/>>. Acesso em: 29 out. 2012.

As propostas de governo e as tendências da educação brasileira

Em um mundo repleto de diferenças culturais, econômicas, com mudanças globais aceleradas em relação a essas questões mencionadas, pontuamos que nenhum contexto político e econômico está desvinculado das transformações da história da sociedade em geral. Dentro dessa premissa relevamos a condição de sermos determinados pela nossa consciência sobre o que temos, ou seja, os fatores determinantes dessa nossa realidade à qual sofre transformações. É a partir dessas condições que os nossos estudos e reflexões dialogam tornando-se importantes para construção de novas possibilidades de mudanças e se vislumbrem alternativas possíveis na construção de uma sociedade mais democrática.

Procurando situar sobre a questão do desenvolvimento das políticas públicas, Azevedo alerta que como ação humana as políticas constroem-se a partir das representações sociais que cada sociedade desenvolve a respeito de si própria e que estas são ações que guardam intrínseca conexão com o universo cultural e simbólico, melhor dizendo, com o sistema de significações que é próprio de uma determinada realidade social.⁶

A implementação de políticas educativas constituem uma arquitetura em que se fazem presentes, dentre outras dimensões, as soluções técnicas-políticas escolhidas para operacionalizar internamente os princípios ditados pelo espaço global; o conjunto de valores que articulam as relações sociais; o nível de prioridade que se reserva a própria educação; as práticas de acomodação ou resistência forjadas nas instituições que as colocam em ação sejam elas desenvolvidas nos sistemas de ensino ou nas próprias escolas.

Tomando-se como referência o argumento anterior, afirmamos que explicar o funcionamento de um sistema de ensino, no caso em estudo, as políticas voltadas para o atendimento da educação básica, requer um discernimento/reflexão do que está sendo planejado, de como está, em que contexto estamos inseridos e de onde falamos. Para explicitar as questões observadas esclarecemos que estamos permeados por uma realidade consubstanciada pelos interesses dos grupos que detém poderes de decisão, poderes financeiros postos sob a lógica do

⁶ AZEVEDO, Janete Lins. *A educação como política pública*. Campinas: Autores Associados, 1997. p. 60.



autobenefício, ou seja, disputa de interesses de grupos que estão sobrepostos nas classes sociais.

Ao fazermos parte de um grupo social em constante relação com outros grupos e com realidades que estão eminentemente ligadas à nossa cotidianidade, mais especificamente às áreas sociais, julgamos importante nos apropriar de estudos que se reportam à questão educacional, no sentido de trazer reflexões que contribuam para uma melhor leitura de mundo por parte de todos.

Assim, algumas questões a respeito de políticas públicas, em particular as que estão voltadas à educação, tornam-se importante pelo fato de possibilitar, aos que dela usufruem, mais abertura no que se refere ao diálogo e às novas propostas de inovações que porventura surgirem durante o processo. Dessa forma, trazer estudos sobre as políticas educacionais para a educação básica no Brasil traduz-se num esforço para que sejam ampliados os debates nesta temática e favoreça um leque maior de leituras sobre o que temos, vislumbrando-se, dessa forma, imaginar outros debates, alicerçados pelos impasses observados e buscando-se compreender o que impede o bom desenvolvimento do sistema público de ensino na realidade brasileira.

As políticas públicas educacionais para a educação básica no Brasil, a partir de 1990, estão postas sob várias nuances, ou melhor, a sua implantação está marcada por influências das políticas internas e externas, notadamente pelas demandas presentes no mundo econômico estabelecidas pelas organizações nacionais e internacionais no sentido da coerência com o modelo de cidadão que mundo do trabalho requer.

Ao nos reportarmos sobre as mudanças ocorridas na educação no Brasil, esclarecemos que a nossa discussão estará voltada para o plano das políticas educacionais, ou melhor, especificamente do que as políticas educacionais trataram nas últimas décadas levando-se em consideração simples análises de vários outros aspectos que estão presentes na atual organização política e pedagógica, destacando-se a necessidade de um olhar para a educação tomada num aspecto de livre mercado e a educação como formação para o novo modelo de profissional exigido pelo mercado do trabalho, sendo assim planejada sob os auspícios da regulação mundial dada pela globalização e pelas políticas neoliberais.



O debate sobre as mudanças em relação às reformas educacionais no Brasil depois da década de 1990 é amplo e necessário. Afirmarmos esta questão porque estamos fazendo parte como sujeitos que contribuem no sentido de transformar, pensando como educadores em transformar para amenizar as desigualdades sociais vivenciadas.

Ao pontuar a necessidade de debates sobre as políticas públicas no aspecto do desenvolvimento destas, direcionamos a nossa reflexão para a contextualização das temáticas que estão relacionadas à educação. De início, lembramos que a educação no Brasil e no mundo é eminentemente marcada pelas transformações sociais, ou melhor, as nossas reais situações encontradas, seja no aspecto pedagógico, administrativo ou de financiamento, estão caracterizados pela influência de várias mudanças no que se refere ao mundo do trabalho, da economia, da pós-modernidade, seja no âmbito da realidade sociocultural posta na nossa sociedade a partir da nova forma de organização no mundo, mas notadamente após o rompimento do sistema econômico, a transição do sistema feudal para o sistema de produção capitalista. Com isso, as formas de pensar e estabelecer novas diretrizes para a educação estão evidentemente presentes indo ao encontro do surgimento das demandas vindas dessas transformações no que se refere aos planos econômico, social e cultural, implantados a partir do final século XX.⁷

No âmbito da discussão sobre a educação no Brasil, explicar os propósitos que foram delineados para a expansão e universalização da mesma significa colocá-la no contexto das ocorrências em relação ao princípio da lógica mercadológica, principalmente a partir dos anos de 1990. É a partir dessa década que a educação no Brasil se torna uma panacéia no intuito da expansão sem precedentes a todos, explicitando melhor, a oferta e a procura dos serviços educacionais são vistos dentro da ideia de democratização do acesso e da universalização do ensino, não havendo a preocupação com a qualidade. Essa abrangência, vale lembrar, se concretiza pela oferta pelo poder público e também na sua abertura para o setor privado.

A educação básica na rede estadual: breves apontamentos sobre as propostas elaboradas no período de 2003 a 2010

⁷ SILVA, Elessandra Karen Carneiro. *As mudanças no mundo do trabalho na sociedade contemporânea e seus impactos na formação do trabalhador*. Disponível em: <<http://www.simpósioestadopolíticas.ufu.br/imagens/anais/pdf/AP05.pdf>>. Acesso em: 23 out. 2012.

Falar sobre o desenvolvimento de políticas públicas, em particular, as políticas destinadas ao atendimento educacional nos remete trazer discussões a respeito do que está sob responsabilidade do Estado no sentido de potencializar essas políticas. Nesse sentido, entendemos que ao se produzir uma política voltada para o atendimento aos cidadãos em geral, é necessário tomar as obrigações como desafios e como uma luta constante contra o sistema que favorece o “Estado Mínimo”, ou melhor, alijar o Estado do cumprimento das obrigações com os serviços públicos à população para dar lugar às políticas de interesses do setor privado nos princípios das políticas neoliberais.

A educação básica constituiu-se por meio da legislação, uma função do Estado, razão pela qual é impossível discutir as possibilidades e os limites do processo de escolarização e das políticas públicas no interior de uma dada sociedade, sem que se tenha claro o caráter e a natureza deste Estado. Teoricamente, não há como eliminar ou ignorar tal aspecto da discussão. Até porque este é um palco privilegiado onde as diferentes classes e suas frações, com mais ou menos intensidade, brigam por seus interesses sociais e políticos.

A legislação brasileira, no que se refere à política de igualdade de oportunidades de escolarização e à organização da educação, obriga para os executores dessa política o investimento de um percentual mínimo em educação e a garantia de um padrão mínimo de qualidade. Esse padrão, conforme define a legislação, deve ser expresso em um custo que atenda todas as necessidades básicas da oferta educacional, portanto, deveria ser calculado em uma relação custo/aluno/qualidade, (CAQ), como forma de mitigar as disparidades de distribuição de recursos, proposta sugerida como possibilidade de implementação nas políticas do novo Plano Nacional de Educação.

Embora a legislação seja explícita em face das obrigações quanto à educação, ainda não temos no Brasil uma política definida que garanta a qualidade na educação. As mudanças ocorridas nas políticas educacionais nas duas últimas décadas têm sustentado a ideia de que devemos centralizar a maior parte dos recursos na educação básica. A tese de que sem uma sólida educação básica não se criam as condições para um sistema de ensino eficiente é comum a muitos estudiosos e educadores.

No entanto, progresso e avanço na qualidade da educação, principalmente na educação básica, passam por uma série de mudanças, notadamente no plano de investimentos públicos, que embora estejam sendo discutidas e transformadas em dispositivos legais não apresentam os resultados que são esperados como mostram diversos estudos.

A constituição e a trajetória histórica das políticas educacionais no Brasil, em especial os processos de organização e gestão da educação básica nacional, têm sido marcadas hegemonicamente pela lógica da descontinuidade, por carência de planejamento de longo prazo que evidenciasse políticas de Estado em detrimento de políticas conjunturais de governo. Tal dinâmica tem favorecido ações sem a devida articulação com os sistemas de ensino, destacando-se, particularmente, gestão e organização, formação inicial e continuada, estrutura curricular, processos de participação, conforme Dourado.⁸ O posicionamento do autor referido ajuda-nos a entender que a retórica da suficiência tem se mostrado vazia e as mudanças no perfil dos investimentos em educação no Brasil tem ocorrido lentamente.

É importante destacar também que estudiosos em educação têm feito questionamentos não apenas no âmbito das políticas já consolidadas, mas também naquelas que se apresentam como mais recentes nos atuais planos e programas educacionais de governo, a exemplo do novo Fundo de Investimento da Educação Básica e de Valorização do Magistério (FUNDEB), como apontam Oliveira e Teixeira.⁹ As autoras defendem a tese de que a preocupação com a qualidade da educação não esteve presente nas políticas desses fundos, ao contrário, em ambos os fundos, as políticas são as mesmas e a qualidade da educação está colocada em um nível inferior na escala de prioridades para os gastos públicos em educação.

CONCLUSÃO

A partir da década de 1990, o Estado brasileiro desenvolveu uma série de reformas no setor educacional. Nesta direção, os estados nacionais foram convocados a assumirem novos papéis, em decorrência dos princípios de descentralização, constantes nas propostas para a educação pública que os tornam

⁸ DOURADO, Luis Fernandes. Políticas e gestão da educação básica o Brasil: limites e perspectivas. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 28, n. 100, Especial, p. 921-946, out. 2007.

⁹ OLIVEIRA & TEIXEIRA, 2009.



unidades administrativas com vista à execução de políticas traçadas pelo poder central. Sendo tais princípios, os responsáveis diretos por implantar políticas que promovam a valorização dos profissionais do magistério e a melhoria dos indicadores educacionais de aprendizagem.

Contudo, as orientações para este processo e a destinação dos recursos financeiros permanecem sob responsabilidade do Governo Federal. Essas orientações incidem no trabalho docente em alguns aspectos específicos: na insuficiência de recursos para equalizar questões de formação e remuneração, bem como na melhoria da infraestrutura, das condições de trabalho e na disponibilidade de recursos materiais.

As reformas educacionais a partir de 1995 com o governo FHC ficaram mais notáveis pela população em geral, sobretudo com a demonstração dos grandes índices alcançados em termos de acesso aos diferentes níveis de ensino e da reorganização do sistema educacional promovida a partir da LDB, a criação do FUNDEF, a criação do PNE e as Diretrizes Curriculares.

Com esses programas, o ensino no Brasil, ficou caracterizado pela democratização e universalização, políticas estas com o objetivo de superar os baixos índices de escolaridade, oportunizando a todos a oferta da educação básica dentro dos parâmetros mínimos de qualidade. Na política educacional desse período, influenciado pelos princípios da globalização e pelas políticas neoliberais começou-se assistir mudanças que segundo o governo seriam necessárias para o desenvolvimento do país, em particular do ensino no Brasil. As privatizações se expandiram na área educacional. Um dos reflexos mais visíveis desse processo foi à criação e expansão universidades privadas presenciais e a distância.

Assim, as políticas educacionais, no Brasil, demonstram sua centralidade na hegemonia das ideias liberais sobre a sociedade, como reflexo do forte avanço do capital sobre a organização do trabalho. A intervenção de mecanismos internacionais como o FMI e o Banco Mundial, aliada à dependência do governo brasileiro à economia mundial, repercute de maneira decisiva sobre a educação. A continuidade tanto no governo Fernando Henrique quanto no governo Lula de uma política já antiga utilizada pela União e pelos Estados, a oferta de cursos de aperfeiçoamento para professores em exercício nas redes públicas.

Notou-se na pesquisa que os programas que objetivaram formar os profissionais da educação, na sua maioria, foram estabelecidos pelo Ministério da Educação com o intuito de capacitar para corrigir uma defasagem específica da educação infantil, séries iniciais do ensino fundamental e médio. No entanto, o que fica evidente é a falta de ação do Estado (como uma política escolhida) para que se concretize essa valorização nos sistemas de ensino, isso pode demonstrar o reconhecimento do potencial de transformação que a educação exerce nesse cenário de contradições, de desigualdades e de tentativa de manutenção da estrutura social vigente.

Levando em consideração os dados analisados neste trabalho algumas reflexões tornam-se importantes, destacando-se como característica do Estado a sua dificuldade na gestão e implantação de políticas que venham a melhorar a educação e a valorizar os profissionais da educação.

Somam-se ainda a estas discussões questões que estão colocadas no sentido da culpabilização pelo fracasso do sistema no que se refere a indicadores de aprendizagem dos alunos. O Estado, por sua vez, se exime dessa obrigação alegando que não há como concretizar políticas de valorização dos professores por falta de recursos financeiros, retomando-se o debate sobre a responsabilização do governo federal no apoio em implementar reformas para a execução por parte do estados.

Eis o grande desafio para as novas diretrizes que orientem o processo de valorização dos profissionais da educação básica: articular um discurso politicamente referenciado na realidade local com as possibilidades técnicas e políticas de sua materialização, tendo como foco a superação das questões apresentadas.

REFERÊNCIAS

- ARELARO, L. R. G. Financiamento e qualidade da educação brasileira: algumas reflexões sobre o documento “Balanço do primeiro ano do Fundef – Relatório MEC”. In: ARELARO, L. R. G. *Financiamento da educação básica*. Campinas: Autores Associados; Goiânia: UFG, 1999. (Coleção Polêmicas do Nosso Tempo, v. 69).
- AZEVEDO, Janete Lins. *A educação como política pública*. Campinas: Autores Associados, 1997.



BALL, Stephen J. Diretrizes Políticas Globais e Relações Políticas Locais em Educação. *Currículo sem Fronteiras*, v. 1, n. 2, p. 99-116, jul/dez., 2001. Disponível em: <www.curriculosemfronteiras.org>. Acesso em: 15 nov. 2012. BAUMAN, Zygmunt. *Tempos Líquidos*. Rio de Janeiro: ed. Zahar, 2007.

REFERÊNCIAS

ARELARO, L. R. G. Financiamento e qualidade da educação brasileira: algumas reflexões sobre o documento “Balanço do primeiro ano do Fundef – Relatório MEC”. In: ARELARO, L. R. G. *Financiamento da educação básica*. Campinas: Autores Associados; Goiânia: UFG, 1999. (Coleção Polêmicas do Nosso Tempo, v. 69).

AZEVEDO, Janete Lins. *A educação como política pública*. Campinas: Autores Associados, 1997.

BALL, Stephen J. Diretrizes Políticas Globais e Relações Políticas Locais em Educação. *Currículo sem Fronteiras*, v. 1, n. 2, p. 99-116, jul/dez., 2001. Disponível em: <www.curriculosemfronteiras.org>. Acesso em: 15 nov. 2012.

BAUMAN, Zygmunt. *Tempos líquidos*. Rio de Janeiro: ed. Zahar, 2007.

BRASIL. Ministério da Educação. Conferência Nacional de Educação (CONAE). Disponível em: <<http://conae.mec.gov.br/>>. Acesso em: 5 nov. 2012.

_____. Ministério da Educação: Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). Disponível em: <<http://portalideb.inep.gov.br/>>. Acesso em: 29 out. 2012.

_____. Presidência da república. Casa Civil: subchefia para assuntos jurídicos. *Lei n. 9.394/96 de Diretrizes e bases da Educação Brasileira*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 30 out. 2012.